

Estruturas arqueológicas dos séculos XVII ao XIX no Santo Antônio Além do Carmo: urbanização tardia em Salvador/BA

Archaeological structures from the 17th to 19th centuries in Santo Antônio Além do Carmo: late Urbanization in Salvador, Bahia

Luiz Antônio Pacheco de Queiroz¹

Resumo

Neste artigo foram analisadas estruturas arqueológicas dos séculos XVII ao XIX no Santo Antônio Além do Carmo (Salvador/BA), relacionando-as à urbanização e às relações de dominação espacial. As principais fontes foram evidências arqueológicas, incrementadas pela cartografia histórica. Os métodos envolveram escavação com registro estratigráfico, datação por materiais culturais móveis, georreferenciamento e categorização geoarqueológica dos depósitos tecnogênicos. Os resultados mostraram que as estratégias de direcionamento da urbanização pelos grupos dominantes levaram ao controle das funções dos espaços. Os aterros foram fundamentais à expansão urbana sob tal intencionalidade. As lixeiras das unidades domésticas dos séculos XVII ao XIX permitiram tratar do consumo e mudanças comportamentais. Houve baixa intervenção urbanística até o século XIX, resultado do caráter periférico da localidade e das formas de domínio espacial exercidas.

Palavras-chave: Estruturas arqueológicas; Urbanização em Salvador-BA; Santo Antônio Além do Carmo; Séculos XVII ao XIX.

Abstract

In this article, I examine archaeological structures from the 17th to the 19th centuries in Santo Antônio Além do Carmo (Salvador, Bahia), relating them to urbanization and spatial domination dynamics. The main sources were archaeological evidence, supplemented by historical cartography. The methods included excavation with stratigraphic recording, dating based on movable cultural materials, georeferencing, and geoarchaeological categorization of technogenic deposits. The results showed that strategies used by dominant groups to direct urbanization led to control over the functions of spaces. Landfills were fundamental to the urban expansion driven by such intentionality. The refuse deposits from 17th- to 19th-century domestic units made it possible to address consumption patterns and behavioral changes. Urban intervention remained limited until the 19th century, a result of the peripheral character of the area and the forms of spatial domination exerted over it.

Keywords: Archaeological structures; Urbanization in Salvador, Bahia; Santo Antônio Além do Carmo; 17th to 19th centuries.

¹ Mestre (2015) e doutor (2022) em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ/UFS). Bacharel em História (2005) pela Universidade Católica do Salvador. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3701-1489>

INTRODUÇÃO

Neste artigo, defendo que o estudo arqueológico de aterros construtivos propiciou entender a formação do espaço urbano do Santo Antônio Além do Carmo nos séculos XVII ao XIX. Analisados por meio das relações de poder, tais estruturas foram identificadas, descritas e classificadas em pesquisas realizadas em vias que mantiveram seu traçado por quase 400 anos.

A proposição central consiste em compreender de que maneira os aterros construtivos dos séculos XVII ao XIX contribuíram para conformar o espaço urbano e manter o domínio espacial no Santo Antônio Além do Carmo. O objetivo geral foi analisar tais estruturas como indicadores materiais da urbanização tardia da área. Já os objetivos específicos buscaram identificar e caracterizar arqueologicamente os depósitos tecnogênicos e as áreas de descarte, correlacionando-os à cartografia histórica e interpretando sua função frente às estratégias de apropriação territorial difundidas pelos grupos dominantes.

Com a linha de pesquisa da formação de terrenos urbanos, foram tratados detalhes da apropriação territorial anterior e durante o processo de urbanização. Há poucos estudos dedicados aos aterros e ao seu papel essencial na expansão urbana (Najjar, 2010; Pacheco, 2025).

A área enfocada, situada na extremidade norte da cumeada periférica, mas limítrofe à cidade fortificada de Salvador, era constituída por poucas moradias e por edifícios dos poderes eclesiástico e militar instalados, fora da mancha de ocupação do Quinhentos. Esta área não foi incorporada após a expansão urbana da segunda metade daquela centúria. No século XVII, permaneceu extramuros mesmo após a ocupação nas imediações da Porta de Santa Catarina (construída em meados do século XVI para defesa da parte norte, no acesso do caminho do Convento do Carmo - Caldas, 1951).

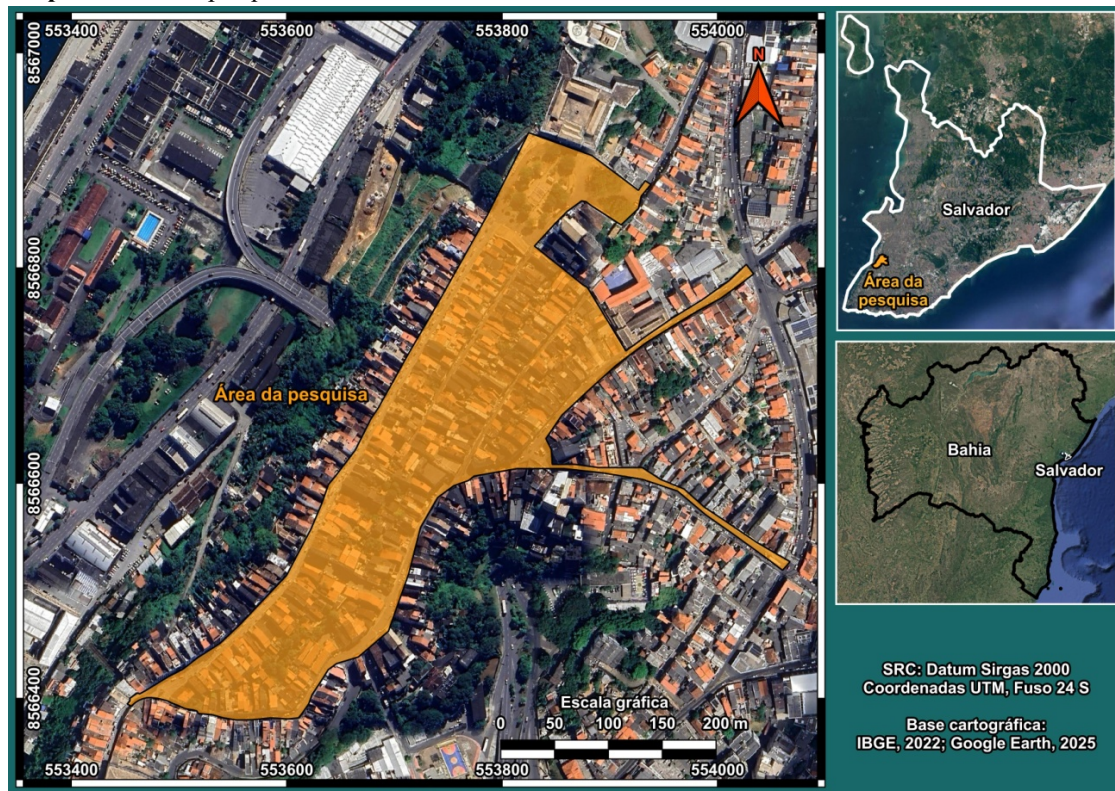
Essa posição geográfica diferenciou-a de sua parte original, o Carmo, que gozava de privilégios. Para diferenciá-la, teve a incorporação de “Além do Carmo” ao nome inicial. É uma denominação relacionada ao espaço sob o poder da Ordem dos Carmelitas Calçados, que se apropriou da chamada Colina do Calvário ou do Carmo até a baixada à beira-mar, após receber essas terras por doação da família Daltro no final do século XVI (Flexor, 2010). Em meados do século XIX, a cumeada estava agregada sob outras designações, integrando o 1º

distrito da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo², que se distinguia do 2º distrito por suas características urbanas (Nascimento, 2007).

O perfil dos grupos dominantes dos séculos XVII e XVIII não persistiu no Oitocentos. Eles não promoveram grandes transformações, como as ocorridas nas freguesias da Sé e da Conceição da Praia, que envolveram intenso uso de aterros (Pacheco, 2025). Sob a égide da burguesia urbana, foi à classe média quem povoou a região do Santo Antônio (Graham, 2013), embora sem dominar os recursos necessários para reformas urbanas. Os espessos aterros construtivos da localidade, situados em pontos essenciais para o nivelamento das vias (Silva; Pacheco, 2021; 2022), atenderam aos anseios de progresso da burguesia - comum aos seus planos de organização da cidade em bases modernistas -, mas sem efetivar a urbanização (Santos, 1993).

A abordagem expõe os locais e componentes da produção do espaço urbano útil à exploração pelos grupos dominantes. Nesse sentido, os materiais arqueológicos, fontes principais, foram obtidos das intervenções realizadas na área que era periférica à porção fortificada do território de Salvador nos séculos XVII e XVIII (Mapa 1).

Mapa 1 - Área da pesquisa.



Elaboração: O autor (2025).

² Opto pela denominação popular daqui em diante, chamando a localidade apenas pela denominação de seu padroeiro, Santo Antônio.

As escavações arqueológicas foram cruciais para expor as camadas de ocupação na área estudada. Ao viabilizar o acesso à estratigrafia, práticas de descarte e ocupação do espaço, as pesquisas arqueológicas passam a ser centrais para acessar a materialidade dos períodos estudados e analisar as relações e o exercício do poder disseminados na cidade. A força disso reside no acesso aos dados da produção do espaço, que revelam hierarquias sociais, estratégias de planejamento urbano e continuidades/rupturas.

Apesar das inúmeras menções a aterros em pesquisas arqueológicas sobre o ambiente urbano, é recorrente a escassez de análises sobre sua utilização (Etchevarne, 2001; Albuquerque & Lucena, 2003; Oliveira, 2005; Tocchetto, 2010; Costa, 2023). Seu papel como suporte para terrenos de expansão urbana só recebeu atenção quanto à constituição material em reflexões provenientes de estudos arqueológicos no Centro Antigo de Salvador (Najjar, 2010; Rubin et al., 2019; Silva, 2010), havendo apenas uma abordagem dedicada a avaliar as intenções de apropriação espacial dos grupos dominantes (Pacheco, 2025).

Quanto à distinção dos grupos sociais hegemônicos no período, predominavam latifundiários associados em torno da Câmara de Salvador – instituição essencial para a mediação entre o poder local e o reinol no século XVII (Marques, 2016). Tal configuração reverberou no século seguinte, ainda que com diferenças decorrentes da crise do açúcar (Vasconcelos, 2016). A maioria dos membros era formada por senhores de engenho com títulos nobiliárquicos, além de donos de trapiche e alguns comerciantes que ascenderam ao status de fidalgos (Schwartz, 1988). Parte do clero também estava intimamente envolvida.

Mais tarde, os donos do poder hegemônico que decidiam onde e como implantar os aterros construtivos, tinham muitos representantes da burguesia urbana, a partir da decadência da agroindústria (Vasconcelos, 2016). Industriários, ex-trafficantes de escravos (que agiam como comerciantes e banqueiros, por exemplo) e donos de trapiche, eram os principais integrantes, contando ainda a participação de alguns senhores de engenho. Este grupo dominou os cargos públicos a partir dos anos 1830 (Mattoso, 1992).

As modificações no Santo Antônio foram raras durante as primeiras centúrias de sua ocupação. Sua discussão é baseada na análise iconográfica associada aos resultados dos estudos arqueológicos.

As avaliações do relevo contaram com fundamentos da Geologia, através da categoria analítica de depósito tecnogênico, inerente à análise de terrenos antropogênicos (Oliveira, 2005; Peloggia, 2017). Nessa abordagem, os aterros construtivos foram compreendidos como

parte essencial da superfície artificializada, conforme tendência soviético-brasileira de pesquisa (Ter-Stepanian, 1988; Oliveira, 2005), com viés para avaliar as estratégias de controle do espaço. Trata-se de uma perspectiva geoarqueológica que mostra como as formas de dominação são responsáveis pelas feições urbanas erigidas pelos proprietários dos meios de produção (Pacheco, 2025). Com essa ênfase, os tópicos seguintes apresentam e discutem as alterações espaciais pelas quais tais grupos foram responsáveis durante a expansão urbana de Salvador no período em questão.

FONTES ARQUEOLÓGICAS DO ALÉM DO CARMO

A documentação analisada proveio de intervenções arqueológicas em obras urbanas no bairro de Santo Antônio. A metodologia de campo consistiu no estudo de estruturas arqueológicas, com ênfase no sítio Paisagem do Povo.

As estruturas foram identificadas por meio de escavações direcionadas no sítio mencionado e monitoramento arqueológico abrangendo a maioria das vias do Santo Antônio (Silva; Pacheco, 2021, 2022). Os dados foram registrados por georreferenciamento, fotografias e anotações de campo, cruzando-os com documentos cartográficos dos séculos XVII ao XIX.

O método de escavação controlada adotado com técnicas de aprofundamento por níveis artificiais possibilitou a organização das coletas e descrição das camadas arqueológicas. As coletas foram amostrais visando obter um número reduzido de materiais arqueológicos, considerando a escassez de reservas técnicas para sua guarda (Costa; Fernandes, 2020). Diferentemente da abordagem acumulativa predominante até o século XX (Gondim *et al.*, 2017), a opção da amostragem reduzida, com controle representativo da totalidade (Silva; Dias, 2019), seguiu o critério de seleção das peças diagnósticas para análises e recomposição morfológica.

A obtenção de dados foi incrementada com o registro das características arqueológicas e pedogenéticas da estratigrafia, com base na matriz de Harris (1991) para apurar a sobreposição de camadas e materiais nas estruturas arqueológicas. Também ocorreu o registro fotográfico dos materiais culturais móveis, estruturas e camadas arqueológicas.

O monitoramento arqueológico não ficou restrito à mera observação da escavação conduzida para implantar estruturas de um empreendimento de requalificação urbana (Silva; Pacheco, 2021). Essa etapa aprofundou os estudos sobre a urbanização com uma abordagem qualitativa, pouco comum na Arqueologia (Alves; Queiroz; Ferreira, 2019), permitindo

registrar características da ocupação local. Os procedimentos relacionaram a materialidade das escavações ao espaço urbano mais amplo, evidenciando o uso intencional de áreas para despejo de resíduos e implantação de vias por terraplenos, contrastando com vestígios dispersos obtidos de forma indireta.

A intensificação das investigações no largo homônimo ao bairro exigiu intervenções arqueológicas estrategicamente posicionadas para identificar áreas de descarte e/ou aterro ao longo da ocupação colonial europeia. Foram mapeadas áreas com evidências dessas atividades, revelando práticas de consumo, descarte e estruturação viária pelos habitantes de Salvador.

A pesquisa no sítio Paisagem do Povo enfocou em uma amostragem representativa dos limites do largo de Santo Antônio, espaço marcado pela dominação territorial (Silva; Pacheco, 2022). Essa dinâmica espacial, destacada por Henri Lefebvre (2013), ficou evidente nas áreas de lixeiras próximas a imóveis dos grupos abastados dos séculos XVII ao XIX e na estruturação viária através de aterros. A metodologia incluiu a análise das relações espaciais entre edificações associadas ao poder – como fortificações, ermidas, largos, ruas e residências - reforçada com a comparação do traçado urbano em cartografia histórica dos séculos XVII ao XIX. Isso permitiu discutir estratégias de apropriação espacial voltadas à acumulação de capital.

As estruturas arqueológicas apresentaram distinções morfológicas em suas camadas e materiais depositados. No caso dos aterros, a análise priorizou a investigação das intenções de dominação espacial, com base nos componentes de terraplenagem. Essa abordagem evidenciou a criação de terrenos com funções administrativas, comerciais e residenciais, associando seus responsáveis ao acúmulo de recursos para a edificação (Lefebvre, 2013).

Em complementação, foi aplicada a abordagem dos terrenos antropogênicos com base em categorias analíticas da Geologia (Butzer, 2006). As formulações geológicas exigiram correlacionar às camadas arqueológicas à formação de terrenos impulsionados pela expansão urbana. Os aterros, portanto, foram tratados como elementos centrais da produção de relevo artificial, pertencentes à ação geológica humana (Ter-Stepanian, 1988; Oliveira, 2005). Considerando sua definição como terreno antropogênico (Oliveira, 2005; Peloggia, 2017), é pertinente classificá-los como depósitos tecnogênicos construídos (DTC), por resultarem de processos intencionais de acumulação. O viés das relações de poder é aplicável, dada à função dos aterros na viabilização da dominação espacial.

A maioria dos aterros, que é do século XIX, é típica do nivelamento de terrenos ou preenchimento de cavidades junto a fundações. Exemplares dos séculos XVII e XVIII foram identificados próximos às igrejas dos Perdões e de Santo Antônio³ (no Mapa 2, polígonos vermelhos translúcidos). A ausência de faiança fina e vidros do século XIX, somada à presença de faianças portuguesas, permite datá-los antes do Oitocentos.

Mapa 2 - Aterros e lixeiras nas imediações e no largo de Santo Antônio Além do Carmo.

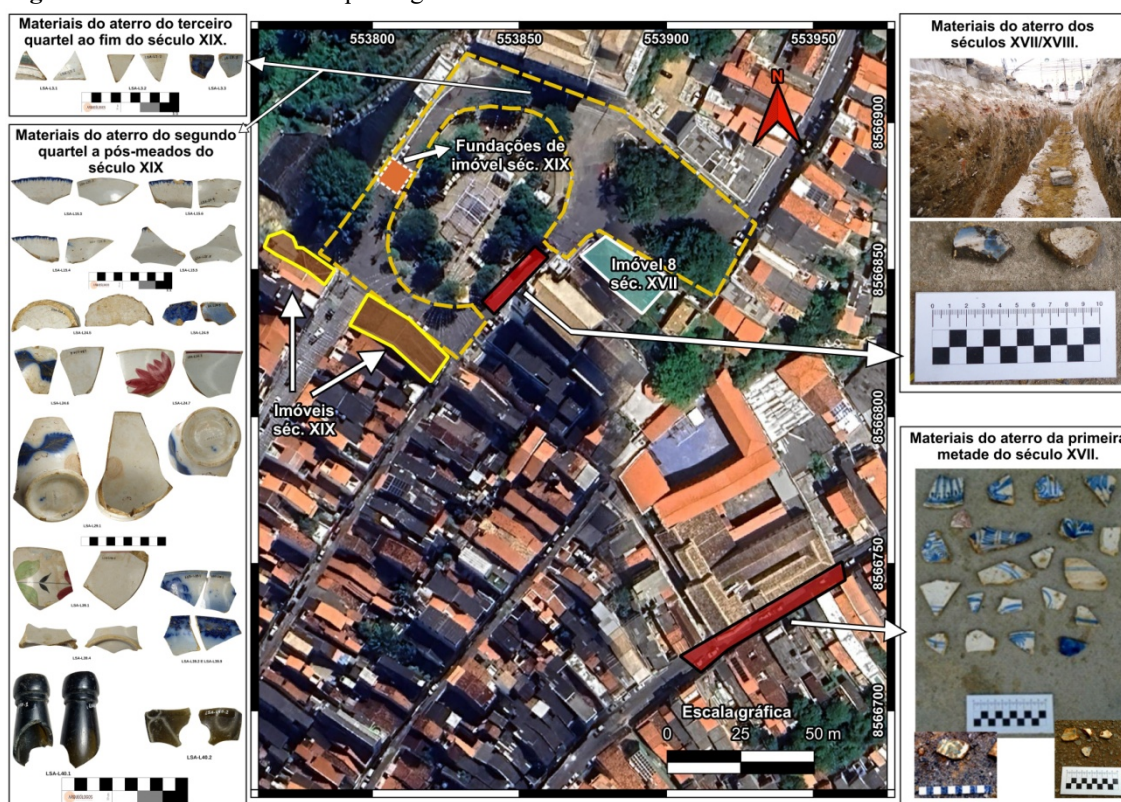


Elaboração: O autor (2025).

³ Os nomes das instituições católicas estão com uma parte. Considere: 1 - Igreja e Convento da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo = convento do Carmo; 2 - Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão dos Homens Pardos = igreja do Boqueirão; 3 - Igreja de Santo Antônio Além do Carmo = igreja de Santo Antônio; e 4 - Capela Nossa Senhora da Piedade e Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões = convento dos Perdões. Serve também para o largo homônimo, apenas chamado de Santo Antônio.

No largo de Santo Antônio, os aterros predominantes foram implantados entre o segundo quartel e o fim do século XIX. A Figura 1 mostra os vestígios que datam tais estruturas. Com base nas louças ibéricas, faianças inglesas e vidros importados, foram identificadas camadas de 1830 e 1860 (estrato mais profundo) e entre 1860 e 1890 (mais raso), em frente ao Forte da Capoeira⁴. Em frente à igreja de Santo Antônio, os materiais são dos séculos XVII/XVIII; nas imediações do Convento dos Perdões, de 1620 a 1650.

Figura 1 - Áreas e materiais arqueológicos dos aterros enfocados.



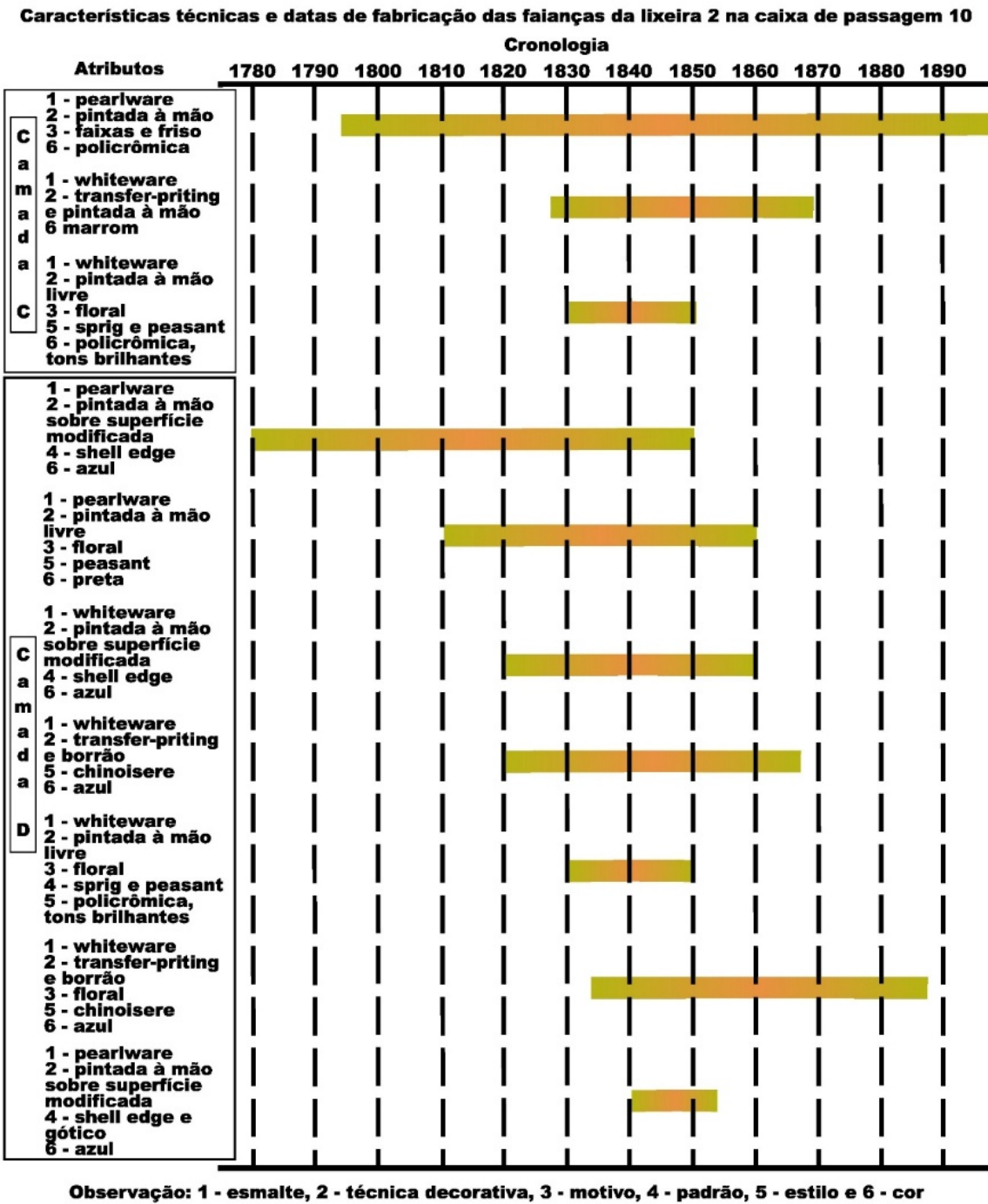
Fonte: Silva; Pacheco (2021; 2022).

De acordo com a cronologia apresentada na Figura 2, a inserção de duas camadas de aterro aconteceu em um intervalo muito curto. A Figura 3 apresenta o perfil estratigráfico da sondagem 1. A camada D, mais profunda e com maior variedade material, é estimada entre 1830 e 1850; a camada C, mais superficial, data entre 1850 e a década de 1890. Esse aterro possui duas camadas comuns ao DTC de muitos locais do Centro Antigo de Salvador (Rubin

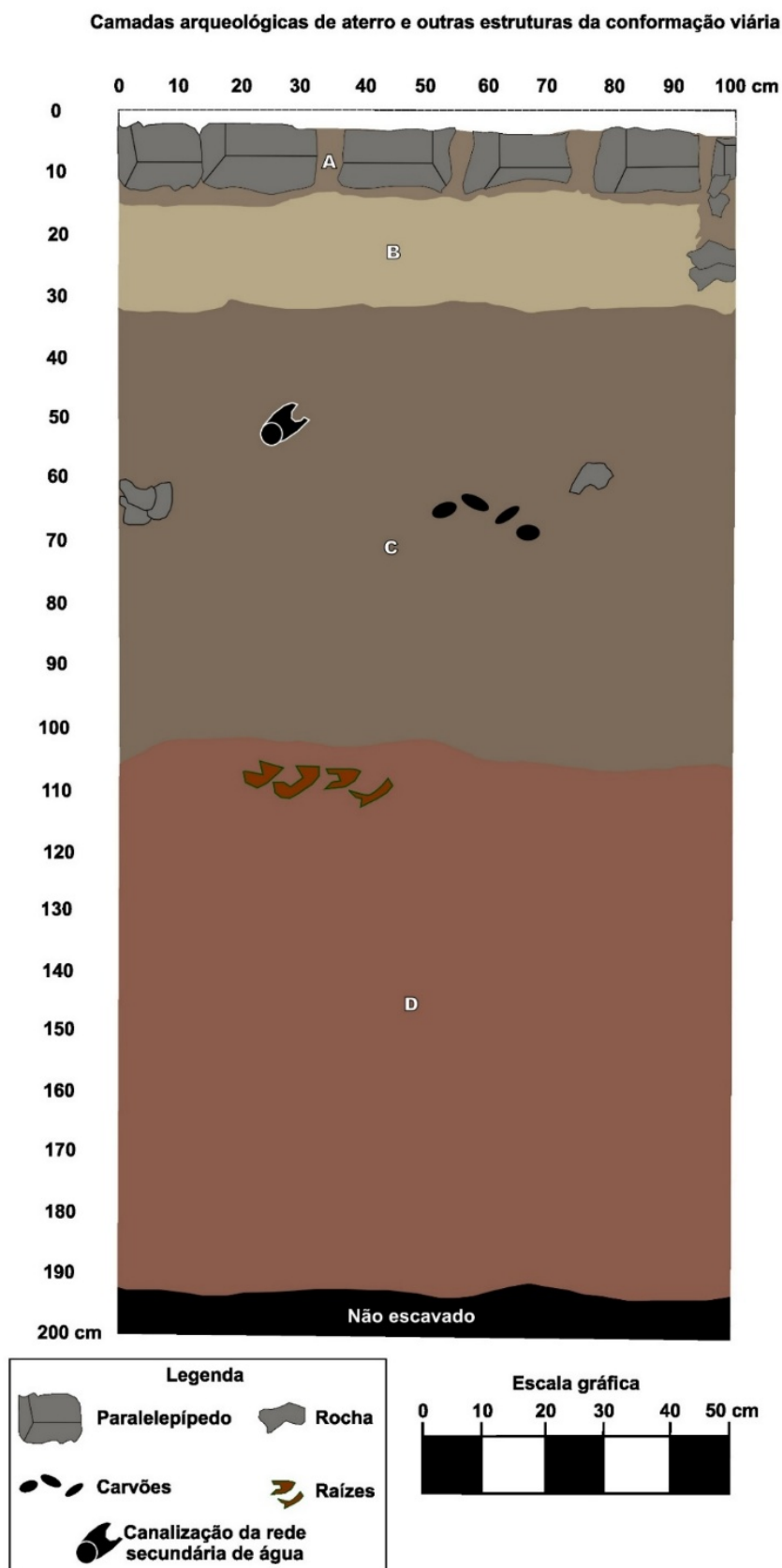
⁴ Denominação atual do antigo Forte de Santo Antônio Além-do-Carmo. Seu formato era maior quando do encerramento de sua construção no início do século XVIII (Oliveira, 2008).

et al. 2019; Silva, 2010; Pacheco, 2025). A linearidade delas é perceptível no registro do perfil estratigráfico (Figura 3).

Figura 2 - Referências das faianças finas para o aterro em frente ao Forte da Capoeira.



Fonte: Silva; Pacheco (2022).

Figura 3 - Croqui do perfil oeste da sondagem 1 com as camadas de aterro.

Fonte: Desenho de Luiz Pacheco/acervo da Arqueólogos Consultoria e Pesquisa Arqueológica (Arqueólogos).

A sequência das camadas arqueológicas indica que a modificação do relevo foi planejada para além do nivelamento das vias públicas, sendo recorrente como instrumento de controle territorial. O uso de materiais descartados não deve ser entendido como simples e de baixo custo: embora disponíveis no centro e arredores, seu emprego sugere ação de grupos economicamente privilegiados, capazes de mobilizar recursos para adquiri-los e transportá-los, a fim de moldar o traçado urbano e impor seus desígnios.

As estruturas de descarte secundário (Schiffer, 1991) evidenciam a relação dos imóveis com o fim da vida útil dos objetos e podem indicar status social (Lima, 1995). As lixeiras possuem rejeitos específicos de unidades domésticas, com objetos inteiros ou quebrados, resíduos orgânicos e restos alimentares. Já os aterros, por sua extensão e dispersão material, remetem a funções planejadas.

Apesar das diferenças, a tralha doméstica é expressiva em ambos. As louças, em particular, permitiram analisar o acesso a bens de consumo. Sua circulação nas Américas remonta ao comércio transatlântico, inicialmente controlado pelos países ibéricos e a Companhia das Índias Ocidentais, atendendo ao gosto da classe média europeia e favorecendo a ampla produção de faianças (Sebastian, 2010; Casimiro, 2013). Após a Abertura dos Portos e o domínio britânico na navegação (Mattoso, 1992), a diversidade de produtos aumentou.

A estratégia capitalista de moldar percepções impulsionou o consumo de artigos importados no Brasil, copiando o comportamento europeu (Lima, 1995; Tocchetto, 2010). Esses materiais também foram incorporados aos parâmetros culturais locais. Os africanos e seus descendentes atribuíram significados identitários às faianças finas, por exemplo, associando decorações às suas tradições (Symanski, 2024; ver também Gordenstein, 2018, para representações por meio de faianças portuguesas). O consumo intenso gerou alta densidade de louças importadas no descarte, tanto em lixeiras quanto em aterros.

Os objetos foram analisados considerando o período de consumo e o acesso segundo as posses. As peças em faiança, faiança fina e vidro, importadas, foram úteis para datar as estruturas arqueológicas, aplicando métodos consagrados da Arqueologia Histórica, como os conceitos de *terminus post quem* e *terminus ante quem* — respectivamente “data depois de” e “data antes de” —, além do gráfico de barra cronológica (South, 1978) e das leis fundamentais da estratigrafia (Harris, 1991).

As faianças portuguesas foram interpretadas a partir das perspectivas estéticas renovadas, considerando a tradição artesanal transmitida por gerações de famílias portuguesas e articulando às análises dos despojos de sítios arqueológicos da África, América e Europa

(Pendery, 1999; Sebastian, 2010; Casimiro, 2013). Já a avaliação das faianças finas exigiu observações criteriosas das técnicas decorativas, esmalte, pasta, decoração e cor, conforme referências consolidadas (Hume, 1991; South, 1978; Tocchetto et al., 2001). Em ambos os casos foi considerado o papel de outras publicações que proporcionaram contribuições para definições de roteiros de análise e comparações de espécimes entre contextos arqueológicos e de coleções (Brancante, 1981; Zanettini, 1986; Symanski, 2009; Tocchetto; Medeiro, 2009).

A análise dos vidros também ajudou. Os exames diferenciaram as peças por morfologia, técnicas de fabricação e cores. A identificação das marcas de fabricação apontou o período e as formas de uso (Lorrain, 1968; Jones; Sullivan, 1989; Bava de Camargo; Zanettini, 2017), além de fornecer subsídios sobre os períodos em que as peças puderam ser adquiridas por importação.

O Mapa 2 e a Figura 4 mostram a relação espacial entre as lixeiras — representadas por quadriláteros brancos (séculos XVII e XVIII) e amarelos (século XIX) — e a porção nordeste do largo de Santo Antônio, conectada a um sobrado do século XVII (polígono azul translúcido, identificado como imóvel 8).

Fica evidente a recorrência de aterros no registro arqueológico do século XIX. As lixeiras do mesmo período foram implantadas distantes daquela moradia.

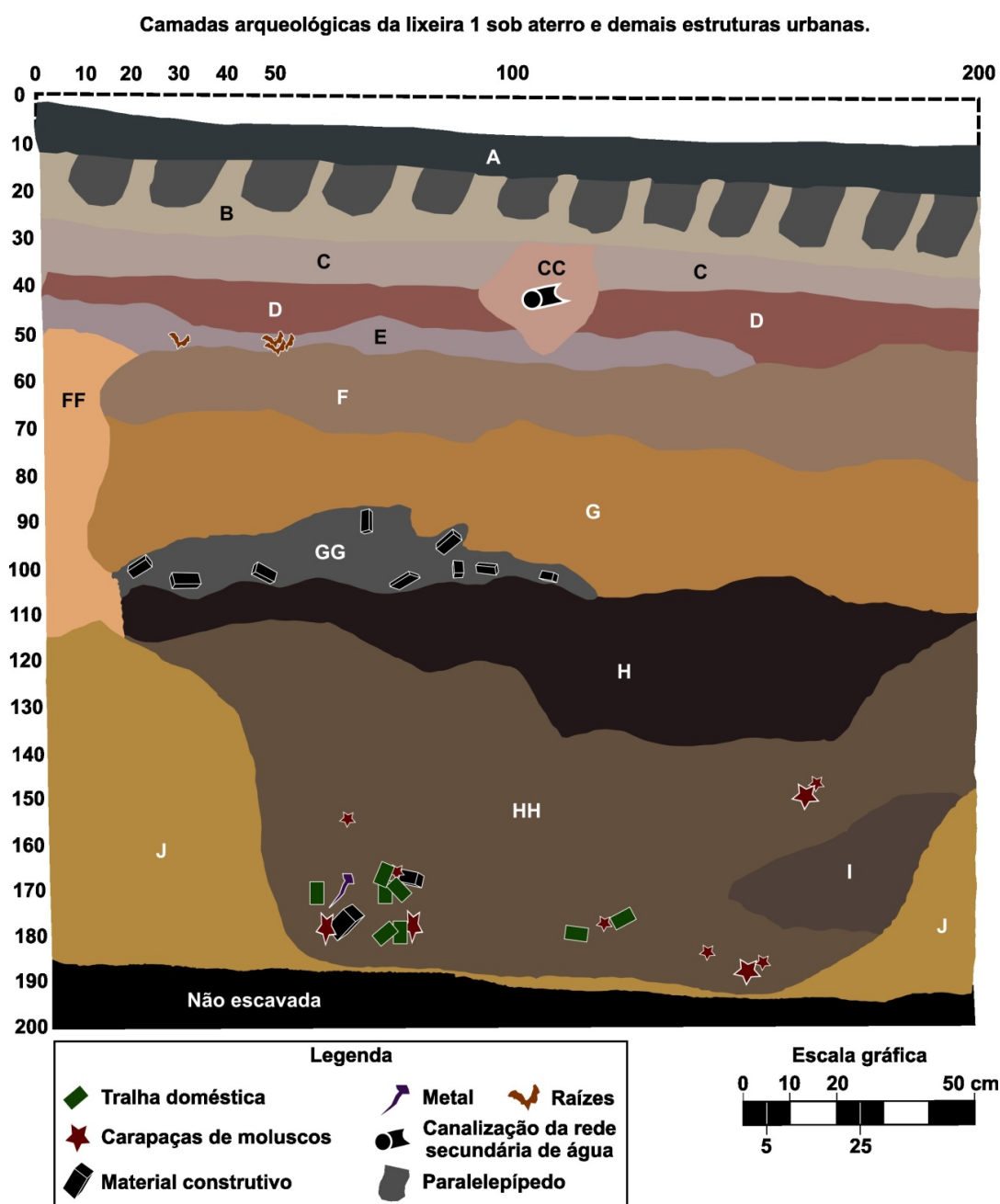
Figura 4 - Vestígios arqueológicos das lixeiras 1 e 2, e os imóveis associados.



Fonte: Silva; Pacheco (2021; 2022).

Das duas lixeiras associáveis ao imóvel 8, a de número 1 forneceu informações mais precisas sobre início e fim de uso. Implantada em amplo quintal nos séculos XVII e XVIII, demandou de escavação no solo natural (na Figura 5, ver posição das camadas HH e J), mantida a uma distância segura para evitar incômodo olfativo e fora do campo de visão dos moradores, cuja fachada principal era voltada para o largo de Santo Antônio. Não foram localizados documentos para tratar dos moradores.

Figura 5 - Croqui do perfil norte da unidade de escavação da lixeira 1.

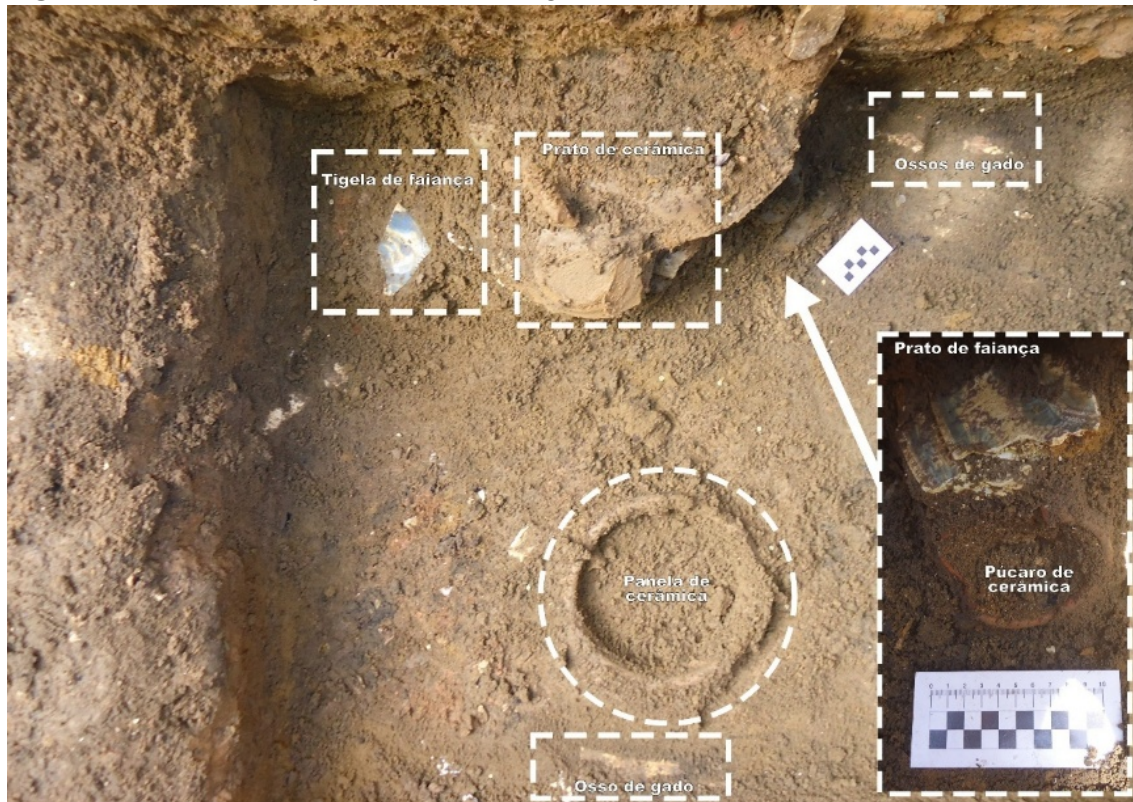


Fonte: Desenho de Luiz Pacheco/acervo da Arqueólogos.

A lixeira 1 foi investigada em uma área de 2 x 0,90 metros, seguindo os protocolos de intervenção no sítio Paisagem do Povo. A escavação, em níveis artificiais de 10 cm, começou após a identificação da camada escura durante o monitoramento arqueológico. Toda a extensão horizontal foi examinada. A estrutura possui cerca de 1,20 m de largura no topo, 1 m na base e 0,90 m de altura, com formato em cuia, sugerindo um uso prolongado — hipótese sustentada pela datação de objetos em faiança ibérica do século XVII (Figuras 4 e 6).

No século XIX, uma rua foi construída sobre a lixeira, acompanhando a declividade do terreno (camadas D a G, na Figura 5). Interferências superficiais posteriores cortaram o aterro, como as feitas para a instalação de canalizações secundárias de água, visível no bolsão de sedimento misturado, além de cortes no topo da lixeira (camadas CC e FF, na Figura 5). A camada H corresponde ao aterro que encerrou o uso da lixeira. A camada HH contém o lixo depositado na cavidade côncava, cuja base plana acumulava os maiores volumes de vestígios, tendo alguns objetos com muita integridade morfológica, sugerindo descarte direto, sem arremesso (Figura 6).

Figura 6 - Posição dos objetos com certa integridade na base da lixeira 1.

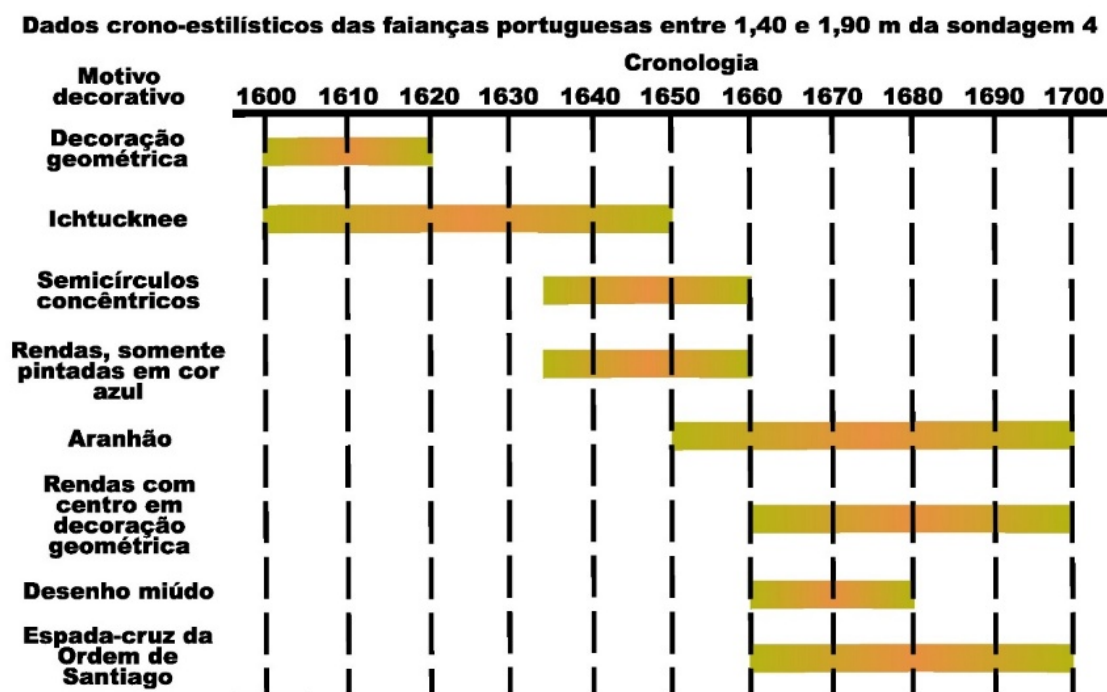


Fonte: Acervo da Arqueólogos.

A identificação de recipientes como pratos e panelas (Figura 6) forneceu informações sobre preparo e consumo de alimentos. Restos de gado, peixe e moluscos ajudaram a analisar a dieta dos moradores do imóvel 8. O acervo inclui louças em faiança portuguesa, fragmentos de vidro, vasilhames cerâmicos alisados ou vitrificados, poucas telhas, metais e materiais líticos.

Quanto ao período de uso, a barra cronológica (Figura 7) indica ocupação provável entre 1620 e 1675, com baixa chance de uso após o início do século XVIII. Fragmentos de uma mesma peça de louça portuguesa estavam dispostos de forma plana. Apesar da diversidade de espécimes, não houve discrepância cronológica significativa entre topo e base da estrutura. Casos pontuais de fragmentos recentes sob antigos poderiam indicar inversão estratigráfica (Harris, 1991), mas sem sinais de revolvimento da camada.

Figura 7 - Referências das faianças portuguesas para a cronologia da lixeira 1.

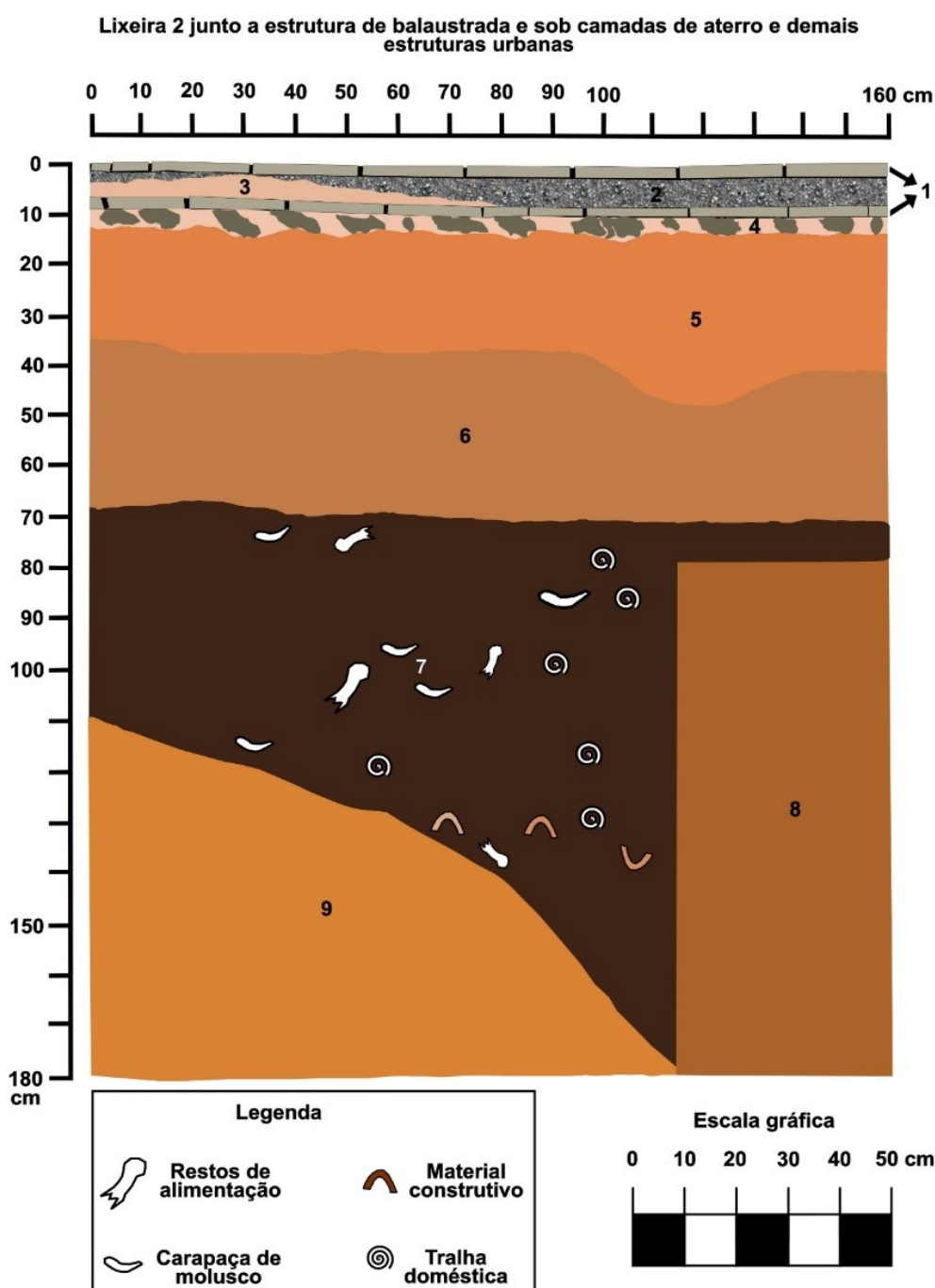


Fonte: Silva; Pacheco (2022).

A lixeira 2 foi encontrada na borda do largo de Santo Antônio, durante o monitoramento arqueológico (Silva; Pacheco, 2021). A partir daí, a equipe localizou camadas arqueológicas e vestígios com boa integridade, junto à clastos escurecidos pela matéria orgânica dos restos de alimentação.

A camada única da lixeira 2 apresenta formato pouco abaulado, com declividade voltada para o largo, sugerindo o aproveitamento do corte do terreno próximo à balastrada como suporte para a escavação (Figura 8). A face plana do topo sugere a presença de corte horizontal ou o lançamento posterior de aterro sobre a estrutura. A área de descarte estava localizada acima desse anteparo.

Figura 8 - Croqui do perfil oeste da cavidade da caixa de passagem 10 com a lixeira 2.



Fonte: Desenho de Elexandre Nunes/acervo da Arqueólogos.

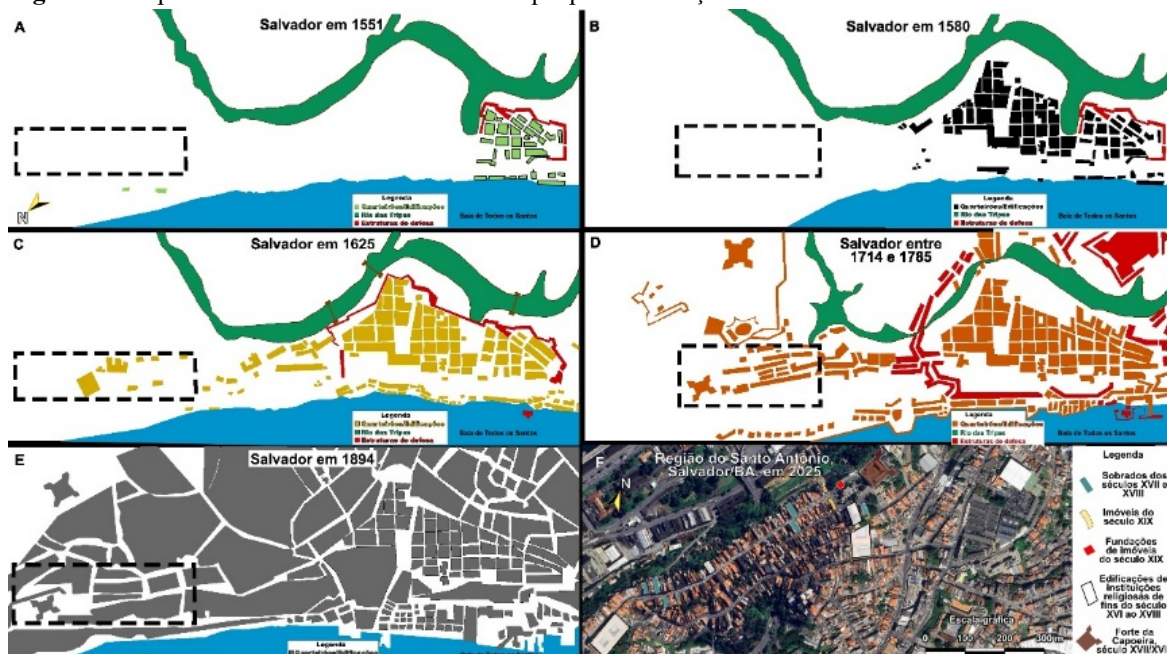
A cronologia da lixeira 2 indica práticas de descarte entre meados do século XIX e início do século XX. É possível que tenha sido utilizada por um dos imóveis adjacentes, talvez pelos moradores da edificação situada à borda do largo de Santo Antônio — cujas fundações foram identificadas em pesquisa arqueológica — ou mesmo pelos residentes do imóvel 8.

A partir da localização e do conteúdo dessas estruturas é possível afirmar que havia práticas distintas de gestão do refugo doméstico, que indiciam a posição social dos grupos que as utilizaram. A lixeira 1, identificada junto a um imóvel de maior porte, remete ao descarte organizado e possivelmente associado a refeições coletivas de um grupo doméstico numeroso, enquanto a lixeira 2, dada à localização periférica em um local privilegiado aos grupos dominantes, mesmo no período posterior ao da implantação da lixeira 1, sugere uso compartilhado por moradores com menor capacidade de intervenção sobre o espaço.

CONTORNOS URBANOS GERADOS PELOS DOS DONOS DO ALÉM DO CARMO

Na área enfocada, a ocupação a partir do século XVI foi marcada pela expropriação dos indígenas (Paraíso, 1993/1994). A instalação dos assentamentos dos invasores portugueses e a urbanização no Santo Antônio apagaram as marcas materiais de ocupações anteriores, impedindo a preservação *in loco* dos vestígios arqueológicos (Moraes, 2018; Silva; Pacheco, 2022).

Nos primórdios da ocupação europeia, a urbanização avançou dentro da cidade fortificada, com arruamentos, igrejas, prédios administrativos e residências. A região do Santo Antônio, porém, manteve um ritmo próprio até o final do século XVIII (Figura 9, seções A a E).

Figura 9 - Expansão urbana de Salvador e destaque para edificações do Santo Antônio.

Elaboração: O autor (2025).

As feições do relevo original permaneceram até tardiamente. Entre 1550 e 1580, o núcleo urbano primordial de Salvador foi duplicado ao sudoeste (Figura 9, seções A e B), mas fora da fortificação havia ocupações europeias esparsas, sem infraestrutura urbana e em conflito com nativos (Vasconcelos, 2016).

Do final do século XVII à década de 1730, foram erguidos os sobrados de latifundiários e implantadas quatro ermidas, duas delas associadas a conventos de ordens religiosas (localização na seção F na Figura 9). As extremidades da cumeada, a leste e sudoeste, foram apropriadas pelos Conventos dos Perdões (1732) e do Carmo (1585). Ao centro, estava localizada a igreja do Boqueirão (1727). Na área principal estudada, a igreja de Santo Antônio (1594) dividia espaço com o Forte da Capoeira. Todas essas construções, que estavam situadas fora da cidade fortificada, indicam valorização da região pela proximidade com o centro urbano.

A linearidade do Santo Antônio só aparece na cartografia a partir do segundo quartel do século XVII (Figura 10, B). A permanência do traçado da rua Direta do Santo Antônio é um aspecto distintivo da duradoura dominação espacial exercida por diversos potentados.

Figura 10 - Destaque do Santo Antônio em plantas de Salvador, séculos XVII ao XIX.

Fonte: A e B, Reis Filho (1968); C, Vilhena (1801); D, Guia Geográfico Cidade do Salvador (2025); e E, Internet Archive - Biblioteca Digital (2025)⁵.

Ao observar o traçado urbano e a localização dos imóveis no Seiscentos é notável a prevalência espacial dos sobrados, o que remete aos privilégios de classe na aquisição de terrenos e implantação de moradias. Isso permite considerar que houve uma paisagem urbana moldada para consolidar o prestígio e a influência das famílias e instituições que detinham o poder local.

⁵ A - Planta da Restituição da Bahia, atribuída a José Teixeira Albernaz I (1625); B - Planta de Salvador e suas fortificações, reproduzida por José de Souza Leão em 1957 (1638); C - Versão de Vilhena da Planta da Cidade do Salvador, produzida por Jean Massé (1715).; D - Planta da Cidade de São Salvador, de Adolfo Morales do los Rios (1894); e E - Mappa Topographica da Cidade S. Salvador e seus Suburbios, de Calos Augusto Weyll (1851).

Essa constatação é baseada no entendimento da apropriação de um espaço propício à habitação, com áreas valorizadas, mas não abrangidas nas fases iniciais da colonização europeia. Assim, a localização estratégica das construções religiosas e militares, aliada à ocupação com os sobrados, configurou um eixo de dominação espacial que perdurou por séculos, reproduzindo relações hierárquicas e garantindo a centralidade política e simbólica dos grupos hegemônicos.

É evidente que a consolidação dos terrenos ao longo da linha de topo da encosta exigiu o preenchimento de cavidades com aterros para viabilizar as fundações. Uma pesquisa arqueológica que incluiu escavações dentro de imóveis interceptou aterros, porém sem os analisar (Moraes, 2018). A ausência de estudos sistemáticos sobre esses aterros dificulta o avanço nas análises sobre relações de poder.

Na planta do Forte da Capoeira apresentada por Caldas (1951), os baluartes possuíam terraplenos. Na parte sudoeste da fortificação, esses baluartes foram extintos. O aterro do século XIX, identificado em frente ao Forte, comprova o uso da área para fins viários e a conformação de uma praça.

No largo de Santo Antônio, poucas mudanças ocorreram entre o século XVII — quando havia poucas edificações — e o XIX, quando os lados noroeste e sudeste foram ocupados, respectivamente, por um imóvel em oitão e casas geminadas junto à igreja e ao imóvel 8. Esses imóveis não constam nos registros cartográficos entre o final do Setecentos e o Oitocentos (Figura 10); por exemplo, a edificação do século XIX junto à balaustrada não aparece na cartografia histórica.

No que tange ao domínio espacial, é necessário relacionar as posses à legitimidade e aos privilégios de classe — elementos essenciais para a obtenção de mão de obra e dos recursos para execução de aterros e arruamentos. Essas condições propiciaram a divisão do espaço urbano entre cidadãos detentores do poder, evidenciando o papel central dos aterros na expansão urbana (Pacheco, 2025). Assim, perduraram as práticas de produção do espaço (Lefebvre, 2013) que geravam desigualdades sociais, acumulação de capital e asseguravam aos grupos dominantes o controle sobre a urbanização.

Essas condições se aplicam à rua Direta do Santo Antônio, integralmente traçada no cume da encosta já no final do século XVI. Ainda hoje é a principal via do bairro, paralela ao terço superior da encosta, onde sobrados e a igreja do Boqueirão foram construídos aproveitando cavidades naturais do relevo (Dossiê Salvador, 1984). Os terrenos abrangiam grandes áreas, parceladas no século XIX em lotes estreitos e compridos, eliminando as amplas

servidões das laterais dos sobrados e configurando o corredor urbano atual com casas geminadas.

É importante destacar que a execução de aterros exigia alto investimento, garantindo aos grupos dominantes protagonismo nas decisões sobre a ocupação do território. A reprodução dessa prática do século XVII ao XIX evidencia a relevância do conhecimento técnico sobre aterros para viabilizar a urbanização, como mostram estudos arqueológicos no Centro Antigo de Salvador (Najjar, 2010; Pacheco, 2025; Rubin et al., 2019; Silva, 2010; Silva; Dias, 2019; Silva; Pacheco, 2022).

A crise da agroindústria favoreceu a ascensão de novos atores (Mattoso, 1992; Vasconcelos, 2016). Nessa conjuntura, a escassez de terrenos disponíveis para construção de edificações e o crescimento demográfico no centro de Salvador impulsionaram a expansão da cidade para áreas próximas ao núcleo original (Nascimento, 2007). O parcelamento de terrenos de antigos sobrados no Santo Antônio é evidência de ocupação tardia, visível nos vazios registrados em documentos cartográficos (Figura 10).

No largo de Santo Antônio, a ocupação de lotes estreitos perdurou até o final do século XIX. Exemplo disso é o imóvel em oitão localizado na esquina com a rua Direta do Santo Antônio, implantado para aproveitar um lote longo e estreito, com comércio no térreo, residência no pavimento superior e entrada individual voltada para a rua — uso eficiente de espaço limitado (Dossiê Salvador, 1984).

Do ponto de vista das abordagens que enfatizam ações cotidianas na construção de realidades sociais, áreas de despejo de lixo permitem analisar representações culturais e avaliar planos de urbanização ao relacionar materiais e localização de partes específicas da cidade. Assim, apesar de sua concretude como expressões das unidades domésticas, a associação das lixeiras ao domínio espacial também permitiu acessar a complexidade de relações duradouras e mutáveis (Beaudry, 2015).

Dada à permanência no domínio espacial do largo de Santo Antônio, é plausível que seus moradores tenham atuado na implantação das lixeiras detectadas pela pesquisa arqueológica. O refugo como secundário (Schiffer, 1991) pode ter sua descrição complementada com os termos “adjacente” para a lixeira 1 e “periférico”⁶ para a lixeira 2. Isso não foi aprofundado, pois as práticas de descarte variaram conforme a visão de mundo

⁶ South (2002) enquadra descartes próximo da unidade doméstica que os gerou como adjacente e para os distantes chama-os periférico.

dos diferentes habitantes. No entanto, é possível afirmar que, no século XIX, os moradores do imóvel 8 mantiveram a dominação espacial ao protagonizar ações nas áreas comuns do largo.

Os objetos da lixeira 1 sugerem o uso por uma família que realizava refeições coletivas. Os cacos de panelas encontrados indicam a preparação de caldos, moquecas e pirão — alimentos típicos que podiam nutrir muitas pessoas em uma única refeição. Isso remete à configuração de um grupo doméstico extenso, condizente com o modelo de família patriarcal escravista poligâmica prevalente até o final do século XVIII (Almeida, 1987).

Considerando a manutenção do domínio espacial pelos moradores abastados no Santo Antônio, a ausência de lixeiras do século XIX na mesma área da lixeira 1 indica a mudança de função: o espaço deixou de integrar a servidão e passou à via pública. Assim, a inexistência de descarte nessa porção estudada pode ser relacionada à necessidade de uso do espaço do quintal para essa finalidade.

No que se refere às experiências dos grupos dominantes, a posse de recursos permitia explorar a escravidão. Os integrantes do poder instituído aderiram à racionalidade imposta pela conquista europeia nas Américas, o que lhes garantia acesso às dinâmicas de fluidez espacial para ampliar sua ascensão no Santo Antônio. Portanto, ao possuir aportes financeiros essenciais para incrementar modificações no traçado da cidade, detinham o uso privilegiado do espaço urbano, inclusive como receptáculo para os resíduos produzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foi apresentada uma análise das estruturas arqueológicas dos séculos XVII ao XIX no Santo Antônio Além do Carmo, em Salvador/BA, com foco nos aterros construtivos e lixeiras domésticas como elementos centrais da urbanização e da dominação espacial exercida pelos grupos dominantes. Os resultados ofereceram contribuições relevantes para reflexões sobre o registro arqueológico, interessantes para análises da configuração da malha urbana.

O direcionamento metodológico adotado privilegiou o levantamento qualitativo de fontes, adequado ao ritmo das pesquisas arqueológicas inseridas em projetos de revitalização urbana, o que exigiu sistematização e amostragens criteriosas (Silva; Pacheco, 2022). As estruturas arqueológicas foram registradas por meio de escavações em níveis artificiais, georreferenciamento, categorização geoarqueológica e análise da materialidade. Essa abordagem facilitou a compreensão da organização dos espaços urbanos, evidenciada nas estratégias de apropriação territorial, cujas marcas foram identificadas em campo.

Ficou evidente que os aterros foram fundamentais para a conformação de terrenos aptos a imóveis (predominantes nos séculos XVII e XVIII) e arruamentos (caso mais frequente no Oitocentos), atendendo aos interesses dos grupos dominantes (Pacheco, 2025), mesmo diante de uma urbanização incipiente (Santos, 1993).

A análise das lixeiras possibilitou compreender a organização das unidades domésticas, gerando informações sobre práticas diárias de vida e da estrutura social. Ao relacionar esses dados com a cartografia histórica, foi evidenciada a permanência do traçado urbano desde o século XVII, fortalecendo o argumento do controle prolongado exercido pelos grupos dominantes sobre o espaço físico.

Outra contribuição do artigo está na apresentação do papel dos DTC como categoria analítica para a compreensão do relevo artificializado pelas relações de poder. Ao aplicar técnicas geológicas na Arqueologia (Butzer, 2006), os procedimentos interpretativos foram potencializados com informações sobre as intenções de dominação do espaço urbano. A proposição que surgiu, a partir de um ponto de vista crítico, destacou a construção do território por meio da apropriação do espaço para atender aos interesses de grupos dominantes, subalternizando os demais habitantes.

Portanto, este estudo evidenciou que a análise integrada de aterros construtivos – classificados como depósitos tecnogênicos – e das lixeiras domésticas ofereceu uma base metodológica robusta para investigar as relações entre materialidade, urbanização e dominação espacial em contextos históricos. Ao articular dados arqueológicos e cartográficos, o artigo preencheu lacunas nos estudos sobre o traçado urbano e as práticas cotidianas que moldaram o espaço no Santo Antônio Além do Carmo, com potencial aplicabilidade em outras áreas urbanas históricas.

Futuras pesquisas poderão ampliar a abordagem por meio de análises comparativas entre bairros de Salvador e outras cidades coloniais, incorporando métodos geoarqueológicos mais refinados e investigações sobre o exercício e relações de poder. Essas análises podem revelar como as desigualdades sociais emergiram das estratégias de controle do espaço, excluindo grupos marginalizados pelas sociedades. É urgente desenvolver novas intervenções com esse enfoque, inclusive em áreas já exploradas do Centro Antigo de Salvador, buscando intensificar comparações entre localidades distintas conformadas por trajetórias de dominação espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V. Sinagoga Kahal Zur Israel: retomando à vida. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 22, p. 63-80, 2003.

ALMEIDA, A. M. de. Notas sobre a família no Brasil. In ALMEIDA, A. M. de; *et al.* **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987. p. 53-66.

ALVES, L. B.; QUEIROZ, L. A. P. de Q.; FERREIRA, C. M. O monitoramento arqueológico na construção da Ferrovia Transnordestina: desafios metodológicos no licenciamento de projetos de grande extensão. **Antrope**, n. 10, p. 22-45, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.26358/ant1007>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BAVA de CAMARGO, P. F.; Zanettini, P. E. **Cacos e Mais Cacos de Vidro: o que fazer com eles?** Guia arqueológico de classificação e análise. São Cristóvão: Edufs, 2017.

BEAUDRY, M. C. Households beyond the house: on the Archaeology and materiality of historical households. In FOGLE, K. R.; NYMAN, J. A.; BEAUDRY, M. C. **Beyond the Walls: new perspectives on the Archaeology of historical households**. Gainesville: University Press of Florida, 2015. p. 1-22.

BRANCANTE, E. F. **O Brasil e a Cerâmica Antiga**. São Paulo: Cia Lithographica Ypiranga, 1981.

BUTZER, K. W. **Archaeology of Human Ecology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CALDAS, J. A. **Notícia Geral de Toda Esta Capitânia da Bahia Desde o seu Descobrimento até o Presente ano de 1759**. Salvador: Edição fac similar da Prefeitura Municipal de Salvador, 1951.

CASEMIRO, T. M. Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 16, p. 351-367, 2013.

COSTA, C. A. S.; FERNANDES, H. L. A. “Joga fora no lixo”? reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 189–205, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i3.847. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/847>. Acesso em: 6 abr. 2025.

COSTA, D. M. Arqueologia urbana em Belém do Pará: o estudo de um antroma terrestre entre águas amazônicas. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 18, p. e023003, 2023.

DOSSIÊ SALVADOR. **Centro Histórico da Cidade de Salvador**. Proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, 1984. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE%20SALVADOR_pt.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

ETCHEVARNE, C. A. Escavações arqueológicas em âmbito urbano: o caso da antiga igreja da Sé de Salvador. **Clio Série Arqueológica**, n. 17, p. 29-37, 2004.

ETCHEVARNE, C. A. **Relatório Final da Segunda Etapa do Plano de Intervenção Arqueológica no Sítio Antiga Igreja da Sé**. IPHAN 01450.000414/1998-42, Salvador, 2001.

FLEXOR, M. H. O. **Igrejas e Conventos da Bahia**. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

GONDIM, L. da S.; *et al.* Gestão de acervo arqueológico herdado: Rio do Meio, um estudo de caso. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, p. 83-97, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650055/17170>. Acesso em: 05 abr. 2025.

GORDENSTEIN, S. L. Evidência arqueológica de ressignificação simbólica: a cerâmica de decoração espiralada de Maragogipinho, Bahia. **Especiaria - Caderno de Ciências Humanas**, v. 18, n. 33, jul./dez. 2018. Disponível em: DOI: 10.36113/especiaria.v18i33.2567. Acesso em: 18 abr. 2025.

GRAHAM, R. **Alimentar a Cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Guia Geográfico Cidade do Salvador. 2025. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo19/morales-los-rios/mapa-cidade.htm>. Acesso: em 28 mai. 2025.

HARRIS, E. C. **Principios de Estratigrafia Arqueológica**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

HUME, I. N. **A Guide to Artifacts of Colonial America**. New York: Vintage Books, 1991.

Internet Archive - Biblioteca Digital. 2025. Disponível em <https://archive.org/details/MapaSalvadorAntigo>. Acesso em: 26 mai. 2025.

JONES, O. R.; Sullivan, C. **The Parks Canada Glass Glossary**. Ottawa: Canadian Parks Service, 1989.

LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 3, n. 1, p. 129-191 jan./dez. 1995. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-47141995000100017>. Acesso em 13 abr. 2025.

LORRAIN, D. An Archaeologist guide to nineteenth century american glass. **Historical Archaeology**, v. 2, p. 35-44, 1968.

MATTOSO, K. **Bahia Século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MORAES, J. **Relatório Final**. Salvamento, Monitoramento e Educação Patrimonial no Bairro Santo Antônio Além do Carmo, Município de Salvador. IPHAN 01502.001547/2017-91. Porto Seguro: Acervo Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2018.

NAJJAR, R. Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador. In Najjar, R. (org.). **Arqueologia no Pelourinho**. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2010. p. 266-279.

NASCIMENTO, A. A. V. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, A. T. D. 2005. **Um Estudo em Arqueologia Urbana**: a carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre. (Dissertação de mestrado). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, M. M. de. **As Fortalezas e Defesa de Salvador**. Brasília: IPHAN/Programa MONUMENTA, 2008

PACHECO, L. Como o estudo geoarqueológico de aterros construtivos dos séculos XVII ao XIX com análise das relações de poder gerou aportes para a compreensão da urbanização de Salvador, Bahia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. 2025. No prelo.

PARAÍSO, M. H. B. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. **Revista de História São Paulo**, n.129-131, p. 179-208, ago./dez. 1993 a ago./dez. 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i129-131p179-208>. Acesso em: 11.04.2025.

PELOGGIA, A. U. G. Camadas que falam sobre o ser humano, caso encontrem arqueólogos e geólogos que as escutem: rumo a uma arqueogeologia interpretativa dos depósitos antropogênicos. In ORTEGA, A. M.; PELOGGIA, A. U. G. (org.). **Entre o Arcaico e o Contemporâneo**: ensaios fluindo entre Arqueologia, Psicanálise, Antropologia e Geologia. São Paulo: Iglu, 2015. p. 189-221.

PELOGGIA, A. U. G. O que produzimos sob nossos pés? Uma revisão comparativa dos conceitos fundamentais referentes a solos e terrenos antropogênicos. **Revista UNG – Geociências**, v. 16, n. 1, p. 102-127, 2017. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/geociencias/article/viewFile/2956/2155>. Acessado em: 08.02.2023.

PENDERY, S. R. Portuguese tin-glazed earthenware in Seventeenth-Century New England: a preliminary study. **Historical Archaeology**, v. 33, n. 4, p. 58-77, 1999.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil, 1500 – 1720**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1968.

RUBIN, J. C. R. de; *et al.* Geoarchaeology and historical archaeology in Pelourinho, Salvador, Brazil: settlement, landscape, and hypotheses. In FERRERO, H. I.; F. G., RODRÍGUEZ. (ed.). **Advances in Coastal Geoarchaeology**: Selected papers from the GEGAL Symposium at La Paloma, Uruguay. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 49-64. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-17828-4_4. Acesso em: 08.04.2025.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SCHIFFER, M.B. **Formation Process of the Archaeological Record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEBASTIAN, L. **A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)**. Tese (Doutorado em História com especialidade de Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

SILVA, C. C. S e. Um passado através do lixo. In: R. NAJJAR, R. (org.). **Arqueologia no Pelourinho**. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2010. p. 245-265.

SILVA, R. C. da; DIAS, J. A.; **Monitoramento Arqueológico**. Programa de monitoramento arqueológico e educação patrimonial para as obras de abertura de vala técnica no Santo Antônio Além do Carmo, Salvador - BA. IPHAN 01502.001075/2019-38. Salvador: Arqueólogos, 2019.

SILVA, R. C. da; PACHECO, L. A. **Relatório Final**. Monitoramento arqueológico Santo Antônio Além do Carmo, Salvador. IPHAN 01502.001283/2020-7.1. Salvador: Arqueólogos, 2022.

SILVA, R. C. da; PACHECO, L. A. **Relatório Parcial 5**. Monitoramento arqueológico. IPHAN 01502.000016/2019-42. Salvador: Arqueólogos, 2021.

SIMAS FILHO, A. **Evolução Física de Salvador (1549-1800)**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998.

SOUTH, S. Evolution and horizon as revealed in ceramic analysis in Historical Archaeology. In Schuyler, R. L. (ed.). **Historical Archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions**. New York State: Baywood Publishing Company, Inc, Farmingdale, N.Y, 1978.

SOUTH, S. **Method and Theory in Historical Archeology**. New York: Percheron Press, 2002.

SYMANSKI, L. **Engenhos e Escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades**. Belo Horizonte: caravana, 2024.

SYMANSKI, L. C. P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense do século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73-96, ago.-dec. 2009.

TOCCHETTO, F. B. **Joga Dentro ou Deixa Fora?** Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre Moderna Oitocentista. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TOCCHETTO, F. B.; MEDEIROS, J. G. T. A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. **Revista de Arqueologia**, v. 22, n. 1, p. 125-134, jan.-jul. 2009.

TOCCHETTO, F. B.; *et al.* **A Faiança Fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Salvador: EDUFBA, 2016.

VILHENA, L. dos S. **Colecção de Plantas Geográficas, Ydrográficas, Planos e Prospectos Relativos a Algumas das Cartas de Notícias Soteropolitanas e Brasília**. Manuscrito. 1801.

ZANETTINI, P. E. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas em sítios históricos. **Arqueologia**, n. 5, p. 117-130, 1986.